



ACÓRDÃO Nº124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10962/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barreirinha
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Ronan dos Santos Barbosa
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7803/2022-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barreirinha. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Quitação. Determinação.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, responsável pela **Câmara Municipal De Barreirinha**, exercício de 2021, nos termos do art. 71, II, e do art. 75 da Constituição Federal, c/c o art. 1º, II, e com o art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c o art. 11, III, "a", 1, e com o art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no **item 3**, do Relatório-Voto (**Atraso na publicação dos Demonstrativos do 1º Semestre de 2021, do Relatório de Gestão Fiscal -RGF**) com fulcro no art. 1º, XI, XII e XXVI, no art. 52, da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, I, letra "c" da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 –



ACÓRDÃO Nº124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil reais, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado nos **itens 1 e 2, (ausência de Controle de Pontos dos servidores de cargos efetivos/comissionados e irregularidades nos procedimentos licitatórios - Pregão Presencial nº 001/2021)** do Relatório-Voto, com fulcro no art. 1º, XI, XII e XXVI, no art. 52, da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002, que deverá ser pago na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas -



ACÓRDÃO Nº124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Barreirinha:

10.4.1. que observe as regras quanto a indicação de fiscais de contrato para os fins de controlar o recebimento, bem como a utilização do material e o cumprimento das regras contratuais vigentes, conforme preceitua o art. 67, §1º c/c art. 15, §8º da Lei Federal nº 8.666/93;

10.4.2. cumpra com rigor os prazos de remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, via Sistema eContas - GEFIS, em cumprimento aos normativos legais desta Corte de Contas, sob pena de reincidência;

10.5. Dar quitação ao Sr. Ronan dos Santos Barbosa, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, condicionada aos pagamentos das multas;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno para que officie ao Responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

10.7. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Fevereiro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente
JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator
FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA em 12/02/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 304510DB-9CF-17ED4-AA1BAE71-C3052E14